

# Regularização fundiária: efeito histórico

» ONYX LORENZONI

Ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República

Sabe por que o governo Bolsonaro respeita tanto e faz questão de ajudar o máximo possível os produtores rurais? Porque os trabalhadores do campo, ao fazerem muito com pouco, são a mais perfeita inspiração do nosso trabalho no comando do país. E é por isso que, em menos de um ano, apresentamos um projeto histórico, esperando há décadas: a MP da Regularização Fundiária.

Herdamos uma grave crise: desemprego histórico, gastos públicos batendo recordes, inflação acabando com o poder de compra dos brasileiros, educação vergonhosa, mais de 60 mil assassinatos por ano. E por aí vai. Em pouco tempo, reduzimos os gastos e melhoramos os resultados.

Diminuímos ministérios e cortamos mais de 21 mil cargos. Sem negociatas, sem conchavos, aprovamos reformas que mudarão o futuro do Brasil. Todas as semanas batemos recorde: 22% menos mortes, rumo a 1 milhão de novos empregos formais, inflação baixa, queda do risco-Brasil, diminuição da taxa de juros e muito mais.

E isso tem tudo a ver com o agro, que nos ensina a fazer muito com pouco. Utilizando menos de 30% de nosso território, o campo é responsável por boa parte de nossa geração de riquezas, por avanços tecnológicos e pela preservação ativa do meio ambiente. É graças à eficiência de nossa agropecuária que mantemos nada menos do que 51% da continental área brasileira intacta, em florestas intocáveis.

Enquanto a maior parte dos países europeus já devastou suas matas para produzir alimentos, nós avançamos na produção e na preservação ao mesmo tempo. Somos exemplares no combate à poluição também: em 2020, a previsão é de que “economizemos” 400 milhões de toneladas de CO2 — isso equivale a todo o CO2 que a Noruega despeja na atmosfera terrestre.

Agora, imagine que 147 milhões de hectares, distribuídos entre 930 mil famílias, estão na mais absoluta ilegalidade. Quanto de produtividade e desenvolvimento não estamos perdendo? Quanto potencial não está sendo desperdiçado? Famílias de produtores rurais, sobretudo em pequenas propriedades, esperavam havia décadas que sucessivos governos resolvessem o problema.

Pois é o que fará o governo Bolsonaro. Em uma força-tarefa sem precedentes, a equipe da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, fornecerá centenas de milhares de títulos de propriedade para que famílias possam produzir mais, comercializar, contrair empréstimos, comprar maquinário, enfim, para que possam prosperar e colaborar com o progresso do Brasil.

Além disso, estamos protegendo as famílias do campo e suas propriedades como ninguém. A título de comparação: a média de invasões no primeiro ano dos mandatos de FHC, Lula e Dilma foi de 258 invasões. No primeiro ano do governo Bolsonaro e da gestão de segurança de Sérgio Moro, foram cinco invasões — todas desbaratadas em menos de uma semana.

Como se vê, acabou a vida fácil, a farra dos criminosos, na cidade e no campo. O Brasil está voltando a ser dos brasileiros. E este grande país está se transformando em uma grande nação.



## A contraditória política migratória brasileira

» DIANA QUINTAS

Advogada, é sócia da Fragomen do Brasil

Passados dois anos da promulgação da Lei de Migração e um ano do início do atual governo, pode-se dizer que não temos hoje uma política migratória definida, que balize, de forma clara, as relações do Brasil com os outros países no que diz respeito ao fluxo migratório de cidadãos. A nova lei foi elaborada a partir de uma perspectiva de garantia de direitos, de repúdio à xenofobia e à discriminação de qualquer ordem.

Na teoria, veio para facilitar o processo de obtenção de documentos tanto para regularizar a residência do imigrante no Brasil, como para lhe garantir o acesso ao mercado de trabalho e a serviços públicos. Uma guinada em relação à antiga norma, cujo foco era a segurança nacional e acabava extrapolando muitas vezes para a criminalização do estrangeiro.

Também é conhecido que qualquer legislação, sem a instituição de políticas públicas adequadas, não se efetiva. E, neste momento, além de não conhecermos as diretrizes do governo para a área imigratória, defrontamo-nos, dia a dia, com um sem número de medidas adotadas de forma atabalhoada, sem critérios objetivos, que se contradizem quando comparadas umas com as outras.

Antes mesmo de assumir o cargo, o presidente da República já criticava a lei de 2017, afirmando que “ninguém quer botar certo tipo de gente para dentro de casa”. O que não se imaginava, entretanto, é que as decisões sobre quem entraria ou deixaria de entrar seriam tomadas ao sabor do momento, sem a definição de uma política geral — mais rígida ou mais flexível —, o que torna o cenário bastante imprevisível.

Cito exemplos. Em março deste ano, Bolsonaro assinou um decreto para isenção de visto de visita para turistas dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão que viajem ao Brasil. Apesar de ser medida unilateral, sem a contrapartida de que os brasileiros tenham o mesmo benefício para entrar nesses países, o decreto tem o objetivo positivo de atrair turistas e negócios para o país.

Em julho, violando o que diz a legislação em vigor e leis internacionais de proteção a refugiados, o Ministério da Justiça anunciou a Portaria 666, determinando o impedimento de ingresso e a deportação sumária de “pessoas perigosas”. Pressionado por setores da sociedade e pela própria Advocacia-Geral da União, o ministério revogou a portaria e editou uma nova, que, embora mais branda, manteve o caráter restritivo e pouco objetivo.

Mais recentemente, foi a vez de a China e, depois, de o Catar contarem com o anúncio de isenção de visto para que viajantes desses dois países entrem no Brasil. A medida anunciada, no entanto, ainda não está vigorando. No caso da China, depois de fazer duras críticas ao país durante a campanha eleitoral, o presidente parece ter se rendido à realidade de que o país está entre os principais parceiros comerciais do Brasil. Uma relação que, em 2018, gerou superávit de cerca de US\$ 30 bilhões para nós.

A questão com a China torna-se ainda mais complexa quando se olha para as atuais e futuras negociações em torno dos setores de petróleo e energia. Trata-se de um parceiro cada vez mais estratégico. Assim, a abertura aos chineses pode, sim, ser vista como bem-vinda e assegurar facilidades não só para turistas como para viajantes de negócios, uma vez que o consulado de lá é hoje bastante burocrático para emitir vistos para o Brasil. Por seu lado, membros da diplomacia brasileira alertaram para o risco de que a medida facilite a entrada irregular de imigrantes daquele país. O turista chinês é hoje um dos mais cobiçados do mundo pelo que movimentam em termos econômicos, mas nem por isso tem sido dispensado de visto pelos demais países.

Em relação aos países vizinhos, a acolhida aos refugiados venezuelanos tem sido mantida, mas não dentro de uma visão humanitária, e sim de ofensiva ao governo daquele país, ao qual o presidente brasileiro faz forte oposição. Ao que parece, estamos diante de um quadro que não tende a melhorar, ou ser mais transparente e previsível. Temos uma legislação moderna, que atende tanto às demandas humanitárias quanto aos interesses de beneficiar a economia, que visa desburocratizar a vida de quem vem para o Brasil trabalhar e assegurar direitos a todos que aqui residam. No entanto, às já atrapalhadas regulamentações que se seguiram à lei somam-se, agora, medidas ocasionais e imprevisíveis e a ausência de uma política criteriosa, que norteie nossas relações com os estrangeiros. A conta para uma boa solução não fecha e, de contradição em contradição, deixamos de avançar.

# Inovações na mobilidade urbana

» CARLOS PONTES

Jornalista e advogado carlospo.farias@gmail.com

Com a experiência de 55 anos vividos em Brasília, considero como prioridade melhorar a mobilidade urbana, que é condição para a melhoria também da saúde, da educação, da segurança, do lazer e do bem-estar dos cidadãos.

O projeto é retirar pelo menos um terço da frota de 1,7 milhão de carros de Brasília, que estão tornando o trânsito tortura a ser enfrentada diariamente pela população. O transporte individual motorizado, além de insustentável, contribui para a poluição do ar.

Primeiro, conceder isenção em torno de 50% no IPVA para quem praticar a carona solidária para parentes, vizinhos, amigos ou colegas de trabalho, não para estranhos. Tome-se o exemplo de um morador de apartamento de Águas Claras, cujo trânsito está insuportável a ponto de desvalorizar os imóveis.

O morador do apartamento de cima é amigo, conhecido ou pelo menos vizinho. Os dois trabalham no mesmo local. Vão em dois carros. É o que ocorre atualmente. A carona solidária, além de proporcionar economia de combustível, óleo, pneu, aumenta a amizade e a sociabilidade.

Em segundo lugar, deve-se melhorar o transporte coletivo, gerando confiança da população no ônibus, metrô ou Uber, Cabify e 99, em que um só veículo atende a várias pessoas, dispensando os carros individuais. Em muitos países da Europa e nos Estados Unidos, vai-se para o trabalho de transporte coletivo. O carro individual só é usado à noite ou aos fins de semana para passeios.

Essas sugestões estão de acordo com o especialista norte-americano Peter Furth, professor de engenharia civil da Northeastern University de Boston e PHD pelo Instituto de Tecnologia de Massachussets, que esteve em Brasília, onde andou de bicicleta e criticou o problema da nossa mobilidade urbana. Ele defende a tese de que, nas grandes cidades, deve-se utilizar o método ABC, que se resume a “tudo menos carros”.

O Estado precisa priorizar o transporte público de qualidade e não o individual. Devemos adotar o metrô de superfície (VLT), ampliar as linhas do metrô, trens de superfície e ciclovias.

Outra iniciativa é votar uma lei distrital permitindo que as motocicletas transitem pelas faixas exclusivas para ônibus, ambulâncias, veículos da PMDF, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil e vans escolares. Atualmente, segundo pesquisas divulgadas, as faixas só têm 5% de uso, ficando, portanto, 95% do tempo ociosas.

Com isso, se evitarão acidentes que ocorrem com as motos que circulam entre as faixas, entre duas filas de veículos. Qualquer movimento dos carros para fora das faixas provoca acidentes com motociclistas, que são a maioria no DF.

Nós, moradores de Brasília, devemos nos conscientizar de que a cidade nasceu sob o signo da modernidade. Temos que preservar sua beleza e sua dignidade paisagística, urbanística e arquitetônica, como a idealizaram os fundadores.

Outra instituição que está cometendo verdadeiro sacrilégio contra Brasília é o Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil do DF. Não ele próprio, mas os integrantes, as construtoras, que estão agredindo a cidade ao instalar letreiros em cima dos prédios ou nas paredes de frente com o nome das construtoras. Trata-se de falsa propaganda, que gera antipatia.

Também o Governo do Distrito Federal não tem sido capaz de impedir a proliferação desenfreada de outdoors, back-lights, luminosos e placas de propaganda que têm sido colocados em qualquer lugar, com pouco critério. Existe legislação que regulamenta o assunto, exigindo distanciamento entre um e outro, mas não está sendo obedecida.

Sugerimos ao GDF criar uma comissão distrital de sinalização visual, que reúna os órgãos que podem fiscalizar a área e representantes da soci-

idade civil, com a participação de arquitetos, urbanistas e publicitários, para disciplinar as intervenções que afetem o patrimônio urbanístico, paisagístico e arquitetônico de Brasília.

A cidade pode até ter outdoors, instrumento de propaganda clássico no mundo capitalista, embora seja intervenção perversa na natureza, contaminando a paisagem. Mas, em nome de um bem maior, que é o patrimônio do Distrito Federal, deve ser infinitamente mais rígida e sob critérios mais exigentes de qualquer outra cidade do mundo. Por quê? Porque, ao inscrever Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, a Unesco usou como justificativa o fato de Brasília ser um fator maior na história do urbanismo mundial.

Brasília deve passar por uma limpeza visual que a preserve, para que possa ser fotografada sem que apareçam as placas em cima ou na fachada dos prédios. Também tem que aumentar a fiscalização sobre os trailers e quiosques nas áreas públicas, hoje proliferando de forma explosiva. Sei que o desemprego responde por isso, mas há que haver coerência na expansão.

A preservação da cidade limpa, despojada visualmente, como a queriam seus idealizadores Lucio Costa e Oscar Niemeyer, vai propiciar a fama de Brasília como cidade ímpar, atípica, diferente de todas as outras do mundo. Essa marca cria mais empregos, atrai mais turistas, gera mais divisas do que a poluição visual urbana.

O governador Ibaneis Rocha tem o desafio de desatar os nós da mobilidade urbana, aumentando a capacidade, a rapidez e a comodidade do transporte público para atrair novos usuários. As pessoas precisam preferir o transporte público ao individual, mas, para isso, muitas e profundas mudanças têm de ser feitas, com trens, metrô, modais leves sobre trilhos, ônibus, vans para todos os lados, rápidos e cómodos.